

ELITISMO E VONTADE POPULAR NA DEMOCRATIZAÇÃO DE 1945

JOSÉ RENATO LATTANZI¹ – PPGH/UFF

O período final do Estado Novo foi marcado pela afirmação de um modelo liberal que se colocava como o responsável pela democratização do país. Reunidos na oposição, os liberais pretendiam encerrar o período autoritário e assumir o controle do governo, sem promover, no entanto, uma efetiva participação popular no processo. O elitismo do projeto liberal ficava evidenciado na reação às manifestações queremistas em favor da continuidade do governo Vargas, invariavelmente consideradas ameaças à ordem institucional. Dessa forma, a oposição deixava de considerar a vontade da população, caracterizando aqueles que apoiavam o presidente como ignorantes e manipulados. A consequência desse distanciamento do povo não se manifestou apenas na derrota do candidato opositor, mas, também, no reconhecimento do pensamento liberal como uma manifestação dos interesses das elites.

O queremismo, como movimento organizado, foi criado em maio, no Rio de Janeiro, sob a liderança do getulista Valdir Rodrigues. Antes disso, entre os meses de março e maio, surgiu, em São Paulo, o Movimento da Panela Vazia, o primeiro a exigir a permanência de Vargas na presidência. Porém, a reação popular em favor do presidente já se iniciara algum tempo antes, no exato momento em que a campanha opositora ganhou as ruas.

Em 03 de março, *O Jornal* destacou em oito colunas a manchete “*Agentes provocadores perturbaram o comício dos estudantes paulistas – Assaltaram casas comerciais – Tentaram depredar jornais*”. No corpo da matéria vinha a informação de que uma “*verdadeira malta de embriagados*” havia sido repelida, um dia antes, na Praça da Sé, pelos universitários paulistas durante comício a favor da democracia e contra o Estado Novo. Segundo a reportagem, “*grupos que carregavam cacetes e pedaços de pau embrulhados em jornais tentavam avançar em meio da multidão, gritando: ‘Abaixo os estudantes!’, ‘Abaixo o PRP’, ‘Nós queremos Getúlio’,*

*‘Viva os trabalhadores’ [...] O comício estava interrompido. Os estudantes resolveram entoar o hino nacional para recordar que ali estavam para defender os ideais democráticos do povo brasileiro”.*²

Três dias depois, editorial de *O Jornal* alertava as forças democráticas para que tivessem cuidado com os provocadores que ameaçavam a realização das eleições. Era preciso evitar o clima de desordem, já que “*as oposições têm a seu favor a grande maioria dos homens livres, sabem que não lhes fugirá a vitória na boca da urna e assim só lhes interessa a ordem e a legalidade*”.³ Surgia aí, junto com as primeiras manifestações favoráveis à permanência de Vargas no poder, a definição liberal do quererismo como uma ameaça à ordem institucional.

Ainda em março, foram publicadas outras notícias que revelavam inquietação em relação à participação popular no processo de democratização. No dia 25, referindo-se a distúrbios ocorridos na capital mineira durante um comício das oposições, o *Correio da Manhã* trouxe a notícia intitulada “*Os verdadeiros operários protestam*”, na qual informava que “*grupos de operários mineiros, conduzidos por líderes prestigiosos no seio da classe, têm ido às redações dos jornais locais a fim de declarar à imprensa que as atuais manifestações que estão sendo realizadas em Belo Horizonte não são feitas por verdadeiros operários, e visam perturbar a ordem pública*”.⁴ Essa distinção era fundamental para o projeto liberal. A população precisava ser convencida de que os trabalhadores, de livre e espontânea vontade, não se aliarão a um ditador.

Portanto, na conclusão da imprensa liberal, as manifestações eram parte do projeto continuísta de Vargas, buscando, acima de tudo, criar um ambiente desfavorável à realização de eleições. Dentro dessa lógica, havia uma clara distinção entre os que apoiavam o brigadeiro e os quereristas. Ao contrário dos primeiros, estes eram definidos como arruaceiros manipulados por uma estrutura empenhada em manter um regime antidemocrático.

Contrariando o “dirigismo” presente nessas interpretações, alguns indícios sugerem que o quererismo surgiu de maneira espontânea, a partir da manifestação de grupos isolados entre

si. Segundo declaração de Eusébio da Rocha, um dos fundadores do PTB, em São Paulo “o movimento queremista emergiu de uma forma popular. [...] A mobilização maior foi feita através dessas estruturas populares, das estruturas do sindicato emergente”.⁵

Da mesma forma, Hugo Borghi, um dos principais responsáveis pela ampliação do movimento, fez declarações que garantiriam à formação do queremismo um mínimo de autonomia em relação a setores do governo. Em suas palavras, “quando comecei a defender o governo nos programas de rádio, fui procurado por um rapaz chamado Valdir Rodrigues, que tinha fundado no Rio de Janeiro o movimento queremista. Eles estavam ainda nas barcas de Niterói, distribuindo cartazes, fazendo comícios, ‘meetings’ a favor de Getúlio. [...] Inicialmente, o movimento queremista foi criado por um grupo de gaúchos, uma turma que veio do Rio Grande do Sul, não sei se estimulada ou espontaneamente”.⁶

Outro fundador do PTB, José Talarico, declarou, a respeito de Hugo Borghi, que “ele apenas se aproveitou desse movimento nacional queremista. Como eram rapazes, alguns sem condições financeiras, ele ajudava na realização de comícios, na impressão de folhetos e nas despesas de transportes. Ele não foi, vamos dizer, uma pessoa de influência política”.⁷ Assim sendo, pode-se incluir entre as hipóteses para o surgimento das manifestações em favor de Vargas a de que as mesmas fossem, a princípio, uma reação popular aos ataques que a oposição fazia ao presidente nos comícios do candidato udenista.

Indo nessa mesma direção, Jorge Ferreira diz que o queremismo “expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o ‘primeiro governo’ de Vargas”.⁸ Para aqueles que haviam sido favorecidos, a partir de 1930, pela concessão da cidadania social, os ataques ao presidente representavam, ao mesmo tempo, a ameaça de reversão desse projeto e a ascensão de forças políticas que despertavam a desconfiança do povo.

Nos meses seguintes, o movimento em favor da permanência de Vargas no poder, que teve início nas camadas populares, seria apropriado por setores da sociedade interessados em participar do jogo político. A atuação de empresários como Borghi e do Ministério do Trabalho no apoio às manifestações queremistas daria aos jornais de oposição argumentos para afirmar que o movimento havia resultado da manipulação das massas por um presidente interessado unicamente em manter-se no poder.

A oficialização do movimento queremista, em maio de 1945, por elementos de pouca expressão política, e com o apoio - discreto, mas eficiente - do ministro Marcondes Filho e de seu chefe de gabinete, José Segadas Viana, aponta na direção de uma apropriação da manifestação popular por grupos interessados em se manter no poder.⁹ Mesmo antes da intensificação do movimento, começaram a surgir, em várias capitais, cartazes com mensagens de apoio à permanência de Vargas. Segundo Elza Cabral, *“mais tarde se descobriria em Minas Gerais que eram as gráficas a serviço das Delegacias Regionais do Trabalho, órgãos do Ministério do Trabalho, que imprimiam estes cartazes e volantes que cobriam todo o país”*.¹⁰

Foi também em maio que os jornais de oposição apontaram para o crescimento das manifestações, apresentando um panorama da situação nos estados. Dessa forma, foram publicadas manchetes como: *“Queremos Getúlio’ em Natal”*¹¹, *“O ‘queremos Getúlio’ na Bahia”*¹², *“Proibida a realização de um comício popular em Sobral, cada vez mais organizado o bloco dos ‘queremistas”*¹³, *“Os desordeiros do ‘queremos’ no Maranhão interrompem um comício pró-brigadeiro Eduardo Gomes”*¹⁴. Abaixo desta última, era noticiado que *“está comprovado, com o testemunho de diversas pessoas, que foi o delegado do Ministério do Trabalho aqui [em São Luiz] quem determinou o início do conflito”*.¹⁵

Nessa mesma época, em 15 de maio, foi fundado, no Rio de Janeiro, o Partido Trabalhista Brasileiro, iniciativa de representantes de setores trabalhistas de menor expressão e de outros nomes até então desconhecidos. Nas palavras de Elza Cabral, *“o fato de tanto o PTB quanto o movimento queremista serem conduzidos por nomes inexpressivos ou desconhecidos*

não deve ser interpretado como sinal de fraqueza política".¹⁶ Complementando essa interpretação, Jorge Ferreira diz que, *"de acordo com estratégia traçada pelo Ministério do Trabalho, ambos surgiam no cenário político como iniciativas espontâneas e de caráter eminentemente popular"*.¹⁷ Havia, portanto, a clara intenção de demonstrar que os trabalhadores agiam de maneira autônoma em defesa de seus interesses.

Embora o PTB declarasse, oficialmente, apoio à candidatura Dutra, o partido estava em sintonia com o projeto queremista. O que ficou demonstrado na aliança firmada entre ambos, em agosto. Contudo, mesmo tendo a mesma fonte de inspiração – Vargas e a legislação trabalhista - e um objetivo comum – a continuidade do presidente no poder -, o partido e o queremismo apresentavam identidades distintas.¹⁸ Segundo Lucília de Almeida Neves, os pontos de contato foram suficientes para que os trabalhadores adotassem as expressões *trabalhismo* e *queremismo* como sinônimo de *getulismo*. O movimento queremista, em suas palavras, *"contribuiu, de maneira decisiva, para que a união trabalhismo-getulismo se consolidasse ainda mais"*.¹⁹

Outro elemento de instabilidade política foi adicionado pela participação dos comunistas. No comício realizado no Estádio do Pacaembu, em 15 de julho, o líder pecebista Luís Carlos Prestes havia fortalecido a perspectiva de continuidade de Vargas ao defender a proposta de união nacional para se chegar *"à verdadeira democracia"*, colocando como fator fundamental a revogação da Carta de 1937 e a elaboração de uma nova constituição.²⁰ Um mês depois, em 15 de agosto, Prestes enviou telegrama ao presidente comunicando que o PCB iria se empenhar pela instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte antes da realização de eleições presidenciais.²¹ Em reação, publicou o *Correio da Manhã*: *"Ditadores não convocam nem jamais convocarão Constituintes; por força de sua definição, uma tal Assembléia só pode resultar da queda dos ditadores"*.²²

A participação do governo no movimento queremista não escapava ao crivo da oposição. Em 07 de agosto, o *Correio da Manhã* comentava os ataques desferidos contra

comícios pró-candidatura Eduardo Gomes, dizendo que *“tanto em Madureira quanto em Vila Isabel apareceram desordeiros de visível procedência governamental [...] não será possível uma eleição livre dentro de um ambiente como este já criado pelo quererismo, a cuja frente, como orientador supremo, permanece o grande e reincidente eleitor de si mesmo, que é o sr. Getúlio Vargas”*.²³

Porém, a convicção de que Vargas se beneficiava com o movimento não encontrava correspondência em suas atitudes. Em 20 de agosto, ao término do primeiro comício quererista, realizado no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro, os participantes foram ao Palácio Guanabara para ouvir o presidente. Vargas, porém, os desapontou ao afirmar que não tinha um projeto continuísta, pretendendo apenas descansar.²⁴

Dois situações, no entanto, vieram confirmar o alto nível de organização do movimento. No final de agosto, o Comitê do Distrito Federal passou a publicar, em páginas compradas de jornais, telegramas, vindos de toda a parte do país, exigindo que o presidente se lançasse como candidato. Ainda em agosto, no dia 30, realizou-se, no mesmo local do primeiro, o segundo comício quererista, desta vez com a cobertura de uma cadeia de rádios que levaria os discursos às populações do Distrito Federal, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Manaus, Natal e Fortaleza. Segundo Jorge Ferreira, *“as páginas compradas nos grandes veículos de imprensa, a cadeia de rádios e as modernas técnicas de propaganda política dificilmente poderiam esconder a presença do Ministério do Trabalho, do DIP e de empresários que, muito discretamente, apoiavam e financiavam os líderes quereristas”*.²⁵

Tanto esforço, porém, não convenceu Vargas a se definir antes do prazo final para a inscrição das candidaturas, em 3 de setembro. Tal situação levou o movimento a se posicionar a favor da tese comunista de uma nova Constituição, lançando o lema *“Constituinte com Getúlio”*. Dessa forma, o quererismo reconhecia *“a necessidade da própria institucionalização da política por meio de uma Assembléia Nacional Constituinte”*.²⁶

Muito embora Vargas não se posicionasse claramente, o avanço do “*Queremos Getúlio*” incomodava, e muito, a oposição. Dizia o *Correio da Manhã*, em 7 de setembro, que “*existe hoje, entre nós, ao lado de um prélio que se vai desenvolvendo pela eleição do presidente da República, com dois candidatos conhecidos, um movimento de caráter confusionista e subversivo, em favor do homem que há quinze anos governa o país e parece, por consentir e animar tal desordem, não ter nenhum amor à pátria. Comunismo e ‘queremismo’ conjugam-se, pois, contra a nação*”.²⁷

O movimento, que se iniciara como reação popular aos ataques a Vargas, evoluíra para questionar o modelo de democracia que impedia o povo de indicar livremente quem concorreria no processo eleitoral. Além da obtenção dos direitos da cidadania política, era necessário assegurar os direitos sociais já obtidos, e a melhor maneira seria colocando-os numa nova Constituição elaborada durante o governo Vargas. De acordo com Jorge Ferreira, “*para os trabalhadores, portanto, o lema ‘Constituinte com Getúlio’ expressava uma escolha política, cuja estratégia se explica a partir de seus próprios interesses como personagem político*”.²⁸

Os jornais de oposição, no entanto, insistiam em apresentar os queremistas como agitadores. Assim, dizia o *Correio da Manhã*: “*Estão dispostos a prosseguir na sua campanha, apenas com uma ligeira variante no seu lema: ‘Queremos Getúlio com Constituinte’ [...] Ligados ao Ministério do Trabalho, têm uma excelente cobertura para preparar à sombra da proteção oficial as mais graves desordens que se possam imaginar*”.²⁹ E o editorial concluía, com ironia: “*O ditador, impassível, esperará, confiante nos resultados da campanha ‘democrática’ que ele já entregou aos partidos nacionais*”.³⁰

Dessa forma, a análise dos jornais apontava para uma atuação cada vez mais incisiva do Ministério do Trabalho em favor de um presumido projeto continuísta. E isso seria feito a partir da instabilidade criada pelas manifestações populares. Portanto, desconsiderava-se a possibilidade de o povo escolher livremente os candidatos que concorreriam às eleições ou de interferir no ordenamento do processo. Ficava nítido que, no entender dos liberais, a

democratização deveria ser feita sob o comando das elites, limitando-se o restante da população a votar no candidato mais bem identificado com o projeto democrático.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, integrante do Laboratório de História Social e Economia (LAHSGE/UFF).

² *O Jornal*, Rio de Janeiro, 03.03.1945, p. 3.

³ Idem, 06.03.1945, p. 4.

⁴ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25.03.1945, p. 3.

⁵ Depoimento de Eusébio da Rocha, in Lima, Valentina da Rocha (org.), *Getúlio, uma história oral*, Rio de Janeiro, Record, 1986. p. 155.

⁶ Depoimento de Hugo Borghi, in Lima, Valentina da Rocha (org.), Op. cit., p. 156.

⁷ Depoimento de José Talarico, in Lima, Valentina da Rocha (org.), Op. cit., p. 156.

⁸ Ferreira, Jorge. *A democratização de 1945 e o movimento queremista*, in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (org.), *O Brasil Republicano*, Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.15.

⁹ Abreu, Alzira Alves de, *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001, p. 5941.

¹⁰ Cabral, Elza Borghi de Almeida, *O queremismo na redemocratização de 1945*, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, mimeo, 1982, p. 90.

¹¹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16.05.1945, p.10.

¹² Idem, 18.05.1945, p. 10.

¹³ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 01.06.1945, 2ª seção, 1ª página.

¹⁴ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30.05.1945, p. 10.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Cabral, Elza Borghi de Almeida, Op. cit., p. 92.

¹⁷ Ferreira, Jorge, *A democratização de 1945 e o movimento queremista*, in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (org.), Op. cit., Vol. 3, p. 25.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Delgado, Lucília de Almeida Neves, *PTB: do getulismo ao reformismo (1945 – 1964)*, in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (org.), Op. cit., Vol. 3, p.47.

²⁰ Abreu, Alzira Alves de, Op. cit., p. 5941.

²¹ Ferreira, Jorge, *A democratização de 1945 e o movimento queremista*, in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (org.), Op. cit., Vol. 3, p. 24.

²² *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18.08.1945, p. 10.

²³ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07.08.1945, p. 4.

²⁴ Ferreira, Jorge, *A democratização de 1945 e o movimento queremista*, in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (org.), Op. cit., Vol. 3, p. 24.

²⁵ Idem, p. 27.

²⁶ Idem.

²⁷ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07.09.1945, p. 4.

²⁸ Ferreira, Jorge, *A democratização de 1945 e o movimento queremista*, in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (org.), Op. cit., Vol. 3, pp. 34/5.

²⁹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 04.09.1945, p. 4.

³⁰ Idem.